

JORNAL A VOZ DO MOTOBOY

2º ato contra empresas de aplicativos é realizado pelo SindimotoSP



Sindicato dos motoboys de São Paulo mais uma vez representa à categoria ao organizar e liderar segunda manifestação dos entregadores de apps na capital paulista. Depois de uma bem sucedida paralisação no início do mês, que resultou em uma audiência de conciliação intermediada pelo MPT - TRT 2ª Região, o SindimotoSP também conseguiu agendar reunião com os vereadores na Câmara Municipal para falar do PL 578 que dará aumento de 30% nas entregas feitas pelos motoboys que trabalham para empresas de apps. **Pg 07**



Dumping Social é prejuízo gerado para categoria dos motoboys

Pg 02

SindimotoSP apresenta para o Detran.SP proposta de regulamentação para atividade de motofrete na cidade de SP



Pg 06

Somente a regulamentação do setor de motofrete é que trará segurança, direitos e respeito aos trabalhadores

Pg 07

SindimotoSP realiza 4ª distribuição de kit de higienização

Pg 02

Motos geram 80% das internações em acidentes de trânsito no Estado de SP

Pg 06

Câmara dos Deputados Federais e Senado tem mais de 40 PLs para o motofrete que não atendem expectativas da categoria

Pg 02

Câmara Municipal de SP cria grupo de estudos para aprovar PL após 2º ato do SindimotoSP



Pg 04



Você pode até não ser reconhecido e ter a devida importância pelas pessoas que contratam seus serviços. Pode andar como desconhecido pelas ruas, nos elevadores de serviço e filas de banco. Mas, aqui, no Jornal a Voz do Motoboy, você tem seu espaço e o nosso respeito!

PARABÉNS A TODOS PROFISSIONAIS QUE FAZEM DO MOTOFRETE NÃO UM QUEBRA GALHO, MAS SIM, UMA PROFISSÃO.

DIA 27 DE JULHO - DIA DO MOTOCICLISTA PROFISSIONAL

Câmara dos Deputados Federais e Senado tem mais de 40 PLs para o motofrete que não atendem expectativas da categoria

Os projetos que tramitam em Brasília são frutos das duas bem sucedidas manifestações organizadas dia 1º e 14 de julho (que reuniram mais de 10 mil pessoas) pelo SindimotoSP e Febramoto, com apoio da UGT e demais centrais sindicais, pedindo o fim da precarização imposta por empresas de apps.



O SindimotoSP e a Febramoto alertam deputados federais e senadores sobre projetos de leis (PLs) que não trazem benefícios para o setor de entregas rápidas, pelo contrário, dificultam a regularização, trazem desvantagens para os trabalhadores e, em alguns casos, beneficiam empresas de aplicativos que

tem precarizado relações trabalhistas e promovendo dumping social.

Os sindicalistas que estão à frente das instituições que defendem os motoboys, mototaxistas e bikers, entendem que todos os PLs devem ser discutidos em audiência públicas, com amplas discussões trazendo vários órgãos governamentais envolvendo todo modal de transportes sobre duas rodas, além de especialistas em trânsito, instituições reconhecidas na defesa dos motociclistas como Abramet, Abraciclo, UGT, outras centrais sindicais e sindicatos, bem como os profissionais que atuam no setor, além do próprio SindimotoSP e Febramoto.

Os parlamentares devem também levar em conta que já existem 3 leis federais - 12.009 (regulamenta o exercício das atividades dos motofretistas / 12.997 (regulamenta periculosidade dos motociclistas) / 12.436

(regulamenta e proíbe apressar os motofretistas), que não são obedecidas na íntegra e que precisam de fiscalização, principalmente nas empresas de apps que não cumprem determinações e obrigações que as empresas de entregas express cumprem, tornando a concorrência desleal.

Para o SindimotoSP e Febramoto, desburocratização no processo de regulamentação, incentivos para os profissionais e cursos de 30 Horas gratuitos é que deveriam ser colocados em evidência, não criação de novas leis que trariam confusão ao setor, mais desrespeito e pouca relevância para melhora no exercício da profissão que atualmente emprega milhões de pessoas em todo Brasil.

Segundo ainda, as instituições sindicais, os PLs que devem ser aprovados com a máxima urgência são os relativos à Covid-19 que obrigam as empresas do setor de motofrete fornecerem EPIs como álcool gel e máscaras continuamente, garantir salário para os que contraírem o vírus, entre outros benefícios até que cesse a pandemia. Para se ter uma ideia sobre isso, sequer ainda foram votados os PLs que tratam deste assunto.

Dumping Social é prejuízo gerado para categoria dos motoboys

Dumping social é a prática na qual as empresas de aplicativos no motofrete busca vantagens comerciais através da adoção de condições desumanas de trabalho que ocorrem com agressões aos direitos trabalhistas, também gerando dano à sociedade.

Verifica-se ainda a obtenção de vantagem indevida perante a concorrência devido aos baixos preços praticados. Todas essas situações são evidentes nas empresas de aplicativos que atualmente exploram o setor de motofrete.

Assim, conclui-se que o dano moral gerado é coletivo, uma vez que a reparação do dano, em alguns casos, pode ter natureza social e não meramente individual, atingindo toda a classe trabalhadora, portanto, parcela determinável da comunidade, que atinge indistintamente toda a sociedade.

A teoria do dumping social, de acordo com o Tribunal Superior do Trabalho, teve origem no

contexto de globalização da economia, com o consequente desmembramento das indústrias, tendo como desculpa a globalização, porém, é mera desculpa para diminuir custos e aumentar lucros.

Tal prática acaba favorecendo as empresas de aplicativos no motofrete que não observam a legislação trabalhista em detrimento daquelas que cumprem as regras impostas pelo ordenamento trabalhista. Dessa forma, a empresa inadimplente com as obrigações laborais acaba se favorecendo, pois gasta menos com o pagamento das obrigações legalmente impostas e que as possibilita diminuir seus preços, gerando assim concorrência desleal em face das outras empresas.

Tais práticas geram dano à sociedade, e, principalmente, o trabalhador motociclista, configurando ato ilícito por exercício abusivo do direito, uma vez que extrapolam os limites econômicos e sociais.

Devem ser efetivas a concretização dos direitos fundamentais e trabalhistas, pois o contrário disso acaba por esvaziar todo o conteúdo desses mesmos direitos, que passariam a figurar como normas meramente ilustrativas.

Não basta apenas enunciar os direitos, é preciso, sobretudo, serem protegidos pelo governo federal através do Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho, que já receberam denúncias do SindimotoSP e Febramoto, que aguardam posicionamento favorável ao trabalhador.

SindimotoSP realiza 4ª distribuição de kit de higienização

O sindicato, no uso de suas atribuições voltadas para responsabilidade social, entregou gratuitamente kits de higienização para motociclistas e bikers em sua sede no Brooklin. Os trabalhadores CLTs, MEIs e Autônomos receberam os kits compostos de máscaras e álcool gel.

Esta ação faz parte da campanha de combate ao coronavírus que o SindimotoSP promove desde o início

da pandemia para sócios e não sócios. Nas outras três campanhas foram distribuídas milhares de máscaras e kits de higienização.

Na entrega, diversos trabalhadores elogiaram iniciativa do sindicato e aproveitaram para criticar as empresas, principalmente as de aplicativos, que não tem dado os itens que ajudam prevenir contágio do Covid-19.

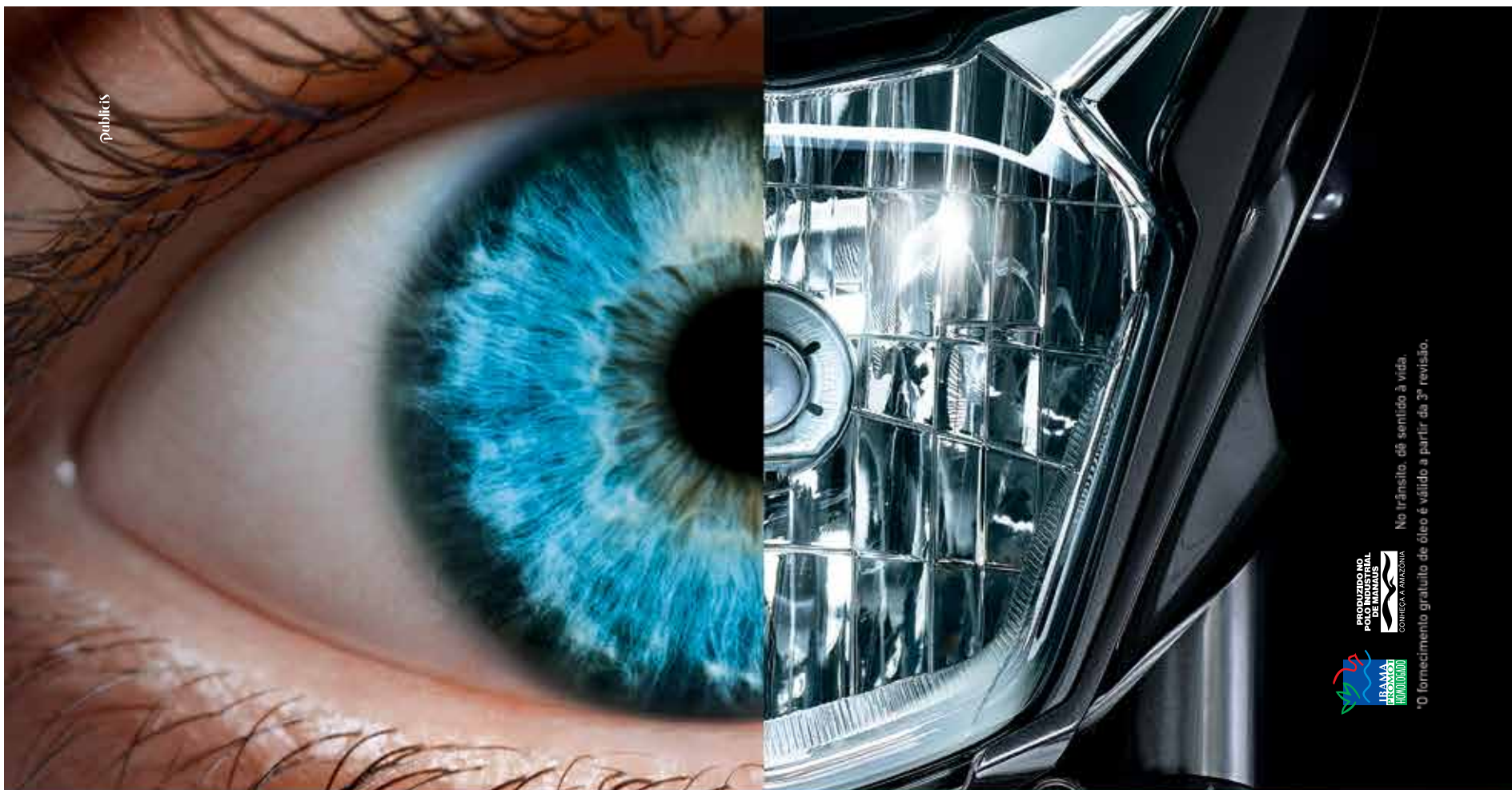


Expediente

A Voz do Motoboy
 Jornalista responsável: Pedro Pimenta
 Diagramação: Rodrigo Martins
 Colaboradores: Febramoto / Abramoto
 DNP / Instituto Motofrete / SindimotoSP
 Associação dos Motofretistas
 Redação: Rua Dr Eurico Rangel, 58
 Brooklin Novo / Cep: 04602-060
 Telefone: 5049-0442
 Site: www.jornalavozdomotoboy.com.br
 email: redacao@jornalavozdomotoboy.com.br

Editorial

Esse mês deu o que falar. A crise econômica e o coronavírus seguem em frente produzindo efeitos devastadores em todos os países, inclusive no Brasil. E no motofrete não é diferente com essas questões, piorando com a precarização que as empresas de apps promovem. Mas, num esforço conjunto, SindimotoSP, UGT e outras centrais sindicais, além de motoboys, bikers, foram para às ruas mostrar força e, principalmente união. Todos juntos levaram para o MPT - TRT 2ª Região e Câmara dos Vereadores de SP, reivindicações e posicionamento dessas instituições a favor dos trabalhadores do setor de motofrete. O recado foi dado em duas manifestações que reuniram mais de 10 mil trabalhadores. Agora é esperar que tudo o que foi feito reverta em benefícios para aqueles que continuam morrendo no exercício da profissão.



No trânsito, o sentimento à vida.
*O fornecimento gratuito de óleo é válido a partir da 3ª revisão.

Quem vê fica

impressionado.

Quem pilota fica

impressionante.

O que move você

MOVE

a Honda



CB Twister Special Edition



honda.com.br/motos



Câmara Municipal de SP cria grupo de estudos para aprovar PL

O sindicato dos motoboys de São Paulo conseguiu no mês de julho importantes reuniões com os vereadores no sentido de cobrar compromissos deles feitos com a categoria nas manifestações ocorridas nesse mês, como atualizar regulamentação e apoiar parecer favorável ao PL 578 que beneficia os trabalhadores do motofrete.



Presidente conversa com Adilson Amadeu

Com a aprovação desse PL, os motoboys e bikers que trabalham para empresas de aplicativos podem ter aumento de 30% nas entregas, além de terem assegurado direitos como seguro de vida e cobertura hospitalar em caso de acidente. Esse projeto ainda obriga estas empresas a terem responsabilidade social com seus colaboradores através da assinatura de um Termo de Credenciamento, nos termos do artigo 4º da Lei Municipal 14.491. Essas reuniões foram desdobramentos das paralisações realizadas nos dias 1 e 14 de julho, organizadas pelo SindimotoSP, para combater a precarização que as empresas de apps promovem.

No 1º encontro, Eduardo Tuma - presidente da Câmara Municipal de São Paulo - definiu a formação de um comitê de estudos para discutir os projetos de lei que tramitam na Casa para que contemplem as demandas dos motoboys. O SindimotoSP e a UGT defendem a aprovação do PL 578 que trará diversos benefícios aos motofretistas autônomos, MEIs e CLTs.

O PL 578/2019 é de autoria da Comissão de Trânsito e Transportes da Câmara e fruto de diversas discussões anteriores com participação do SindimotoSP, empresas que atuam no motofrete, inclusive



Em Audiência Pública com a presença do SindimotoSP e MPT, PL 578 é defendido por diversos vereadores.



Eduardo Tuma (Presidente da Câmara de Vereadores de SP) e os vereadores Adilson Amadeu e André Santos declaram apoio aos motoboys e bikers.

de apps, especialistas do segmento e autoridades públicas municipais, entre outros.

“Esse comitê vai propor um encaminhamento definitivo, seja o andamento de um dos projetos de lei em discussão, seja no diálogo com o poder público e judiciário, com o Ministério Público do Trabalho, que é o papel do Legislativo. Nós também vamos trazer os aplicativos aqui para debater o assunto”, disse na ocasião Tuma.

O segundo passo foi o documento protocolado

na Câmara Municipal de Vereadores de São Paulo com a criação da Comissão de Estudo para assuntos voltados ao setor de motofrete de São Paulo, que obteve assinatura de 19 vereadores de 8 partidos diferentes, tendo como autor o vereador Adilson Amadeu (DEM).

O grupo de trabalho buscará soluções urgentes para acabar com a precarização das relações trabalhistas e minimizar as dificuldades que os trabalhadores motociclistas da cidade estão enfrentando no exercício da profissão, principalmente os do setor delivery.

No último encontro do mês de julho sobre o assunto, uma Audiência Pública foi realizada com intermediação da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica. O SindimotoSP, o Ministério Público do Trabalho e representantes da Câmara Municipal estiveram presentes. Discutiu-se entre as partes a necessidade da aprovação imediata do PL 578 e fiscalização do poder público municipal no cumprimento das regras da parte das empresas de apps.

OS VEREADORES QUE ASSINARAM O DOCUMENTO SÃO:

Autor

Adilson Amadeu (DEM)

Apoiadores

Daniel Annemberg (PSDB)

Eliseu Gabriel (PSB)

Quito Formiga (PSDB)

Noemi Nonato (PL)

Antonio Donato (PT)

Patricia Bezerra (PSDB)

Isac Felix (PL)

Celso Jatene (PL)

Claudio Fonseca (Cidadania)

Gilberto Natalini ((PV)

Senival Moura (PT)

Aurelio Nomura (PSDB)

Eduaro Tuma (PSDB)

Atilio Francisco (Republicanos)

Eduardo Suplicy (PT)

Xéxeu Tripoli (PSDB)

Adriana Ramalho (PSDB)

Dalton Silvano (DEM)



O comitê teve as presenças iniciais dos vereadores Adilson Amadeu (DEM), Alessandro Guedes (PT), André Santos (REPUBLICANOS), Janaína Lima (NOVO) e Quito Formiga (PSDB), que participaram da reunião, além do SindimotoSP e demais organizações civis.

A Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica é composta pelos vereadores Senival Moura (presidente), Adilson Amadeu (vice-presidente), Alessandro Guedes, Janaína Lima, Mario Covas Neto, Paulo Frange e Quito Formiga.

O PL 578, quando idealizado, foi assinado pelos vereadores, que aprovaram em unanimidade, Adilson Amadeu, George Hato, Mario Covas Neto, Quito Formiga, Ricardo Teixeira, Senival Moura e Xexéu Tripoli.

SindimotoSP mostra força na 2ª manifestação contra empresas de Apps

O sindicato dos motoboys de SP liderou pela segunda vez consecutiva em menos de um mês, manifestação pacífica contra a precarização das relações trabalhistas e o dumping social promovido pelas empresas de aplicativos em São Paulo. Cerca de 1.500 motociclistas e dezenas de bikers saíram da sede do SindimotoSP em direção ao TRT 2ª Região para uma audiência de conciliação online com as empresas de aplicativos e intermediação do Ministério Público do Trabalho. Essa audiência foi desdobramento da primeira manifestação ocorrida no dia 1º de julho.

As reivindicações dos entregadores são:

- Aumento no valor da corrida
- Fim dos bloqueios
- Diminuição no tempo de espera nos restaurantes
- Seguro de vida e contra roubos
- Entrega de EPIs – kits de higienização
- Licença remunerada para trabalhadores que contraírem o coronavírus.



No caminho, os trabalhadores pararam em frente da Câmara de Vereadores de São Paulo para entregar ofício com reivindicações de âmbito municipal e pedir uma audiência com os vereadores, o que foi atendido de imediato pelo presidente do legislativo municipal Vereador Eduardo Tuma, que subiu no caminhão de som e afirmou estar sensibilizado com os problemas enfrentados pela categoria. Os vereadores Adilson Amadeu e André Santos também marcaram presença no ato, disseram estar preocupados com as dificuldades que os motoboys enfrentam no exercício da profissão e se mobilizarão para que seja discutido e aprovado na Câmara o PL 578.

Uma reunião foi agendada no dia seguinte (15/7) para falar de dois projetos que estão tramitando na Câmara. O apoiado pelo sindicato é o PL 578, que atende exigências das Leis Federais 12.009, 12.997 e 12.436, além da Lei Municipal 14.491. Além disso, esse PL vem de encontro as necessidades dos motoboys para exercer a profissão com melhor qualidade de vida e responsabilizar diretamente as empresas de apps, que hoje não tem responsabilidade social com

os trabalhadores cadastrados em suas plataformas.

Da Câmara, os motoboys e bikers foram até o TRT onde aguardaram à audiência, que começou por volta das 16hs, com a presença do Ministério Público do Trabalho, representantes do SindimotoSP e as empresas de aplicativos Loggi, Ifood, Uber Eats, Rappi e LalaMove. Porém, por conta de uma falha no sistema de transmissão do TRT, a audiência foi adiada, já que nem todos participantes falaram. O SindimotoSP afirmou que a precarização das relações trabalhistas que as empresas insistem somente será resolvida no poder judiciário

O segundo movimento pacífico dos entregadores que aconteceu em 14 de julho contou com apoio irrestrito da UGT e teve na fala de Ricardo Patah, presidente da instituição, um dos pontos altos do evento. Outras lideranças de centrais sindicais também participaram do ato, entre eles, Josimar, também da UGT, Chiquinho Pereira (Sindicato dos Padeiros), Reinaldo Carias (Sindicato dos Rodoviários de SP), Felix de Barros (diretor da Federação dos Trabalhadores de Transportes do estado de SP e secretário de Transportes da Força Sindical), entre outros.



SindimotoSP apresenta para o Detran.SP proposta de regulamentação para atividade de motofrete na cidade de SP



A diretoria do sindicato dos motoboys de São Paulo esteve no dia 23/7 em reunião com Ernesto Mascellani Neto, recém empossado na presidência do Detran paulista. Na ocasião, o SindimotoSP apresentou demandas do setor de motofrete e as dificuldades que os trabalhadores motociclistas tem enfrentado no exercício da profissão.

O presidente do DetranSP Ernesto Mascellani Neto, então sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho (GT) que se reunirá com frequência para que as devidas providências sejam tomadas. O GT terá participação de várias secretarias, autarquias e órgãos públicos, além de instituições não governamentais que atuam no modal de transportes.

A retomada de programas voltados para motociclistas realizadas em governos anteriores, com parceria do SindimotoSP, visa reduzir acidentes entre motociclistas e, principalmente a geração de empregos e renda para o

setor, sempre observando as normas de segurança.

Para se ter uma ideia da dimensão e conquistas desses programas que foram parados, um estudo realizado pelo SindimotoSP mostrou que entre 2012 a 2019, o número de motoboys que tiveram inclusos em suas CNHs o Curso de 30 Horas do Contran foi de 54.580 profissionais, enquanto o número de mototaxistas chegou a 18.238.

O auge da profissionalização do setor ocorreu entre 2011 e 2012, porém, com a chegada das empresas de app isso acabou parando devido ao descaso dessas empresas que não fizeram que a regulamentação fosse adiante, precarizando ainda relações trabalhistas, promovendo dumping social e jogando todo o setor de entregas rápidas para baixo.

Na reunião também estavam presentes Neiva Aparecida Doretto (Vice-presidente DetranSP), Rosana Nespoli (Gerente Escola Pública de Trânsito), Marco

O SindimotoSP solicitou a volta dos seguintes programas do governo do estado que beneficiaram à categoria:

Capacitação profissional gratuita através do Curso Obrigatório 30 horas do Contran.

Linha de financiamento especial para motofretistas pelo Banco do Povo Paulista com juros diferenciados para compra de motos zero padrão motofrete e equipamentos de segurança, além da regularização de documentos. O sindicato solicitou também a inclusão dos bikers nesse crédito especial para que possam adquirir bikes e acessórios de proteção.

Implementação de campanhas de educação no trânsito voltadas para motociclistas no sentido de reduzir acidentes.

Redução de IPVA, assim como de outros impostos.

Telles (Gerente de Educação e Fiscalização do Trânsito), Gilberto Pereira (Assessor Governo Estadual), Gilberto Almeida Santos, o Gil (Presidente licenciado do SindimotoSP), Rodrigo Silva (Diretor Relações Institucionais SindimotoSP) e Gerson Cunha (Presidente interino SindimotoSP).

Motos geram 80% das internações em acidentes de trânsito no Estado de SP

O impacto dos acidentes de trânsito na saúde pública cresce anualmente, de acordo com especialistas. Desde 2013, houve aumento de 15,8% no número de internações em hospitais do SUS no Estado, decorrentes de ocorrências com carros e, sobretudo motocicletas, que lideram as estatísticas. Segundo os dados, 80% das internações estão ligados a acidentes com motos.

Em 2018, foram realizadas 26.229 internações de pessoas envolvidas em acidentes. Do total,

22.581 (86%) eram motociclistas, enquanto as outras 3.818 envolveram carros. Em 2013, ocorreram 22.644 internações, das quais 18.608 (85%) relacionadas a motocicletas e 4.036 a veículos. Em 2019, o número continuou crescendo atingindo maior pico desde que o serviço de contagem começou. No caso das motocicletas o aumento foi maior devido atuação das empresas de apps, que contratam motociclistas sem experiência para realizarem entregas. Já em 2020, devido a pandemia do corona-

vírus, dados preliminares apontaram que houve aumento entre maio e junho.

Considerando os acidentes com ambos os tipos de veículos, as vítimas são predominantemente na faixa etária de 20 a 59 anos, em ambos os sexos. Os homens são as vítimas mais frequentes: nos últimos seis anos, cerca de 80% dos acidentados eram do sexo masculino, com uma média de 20 mil internações por ano, dos quais aproximadamente 17 mil casos relacionados a motos.

Dia do motociclista: Mais de 83 mil indenizações pagas pelo Seguro DPVAT no primeiro semestre

No dia 27/07 é comemorado o Dia do Motociclista. A data, no entanto, serve de alerta para aqueles que, profissionalmente ou por lazer, levam a vida sobre duas rodas. De acordo com os dados do Seguro DPVAT, de janeiro a junho de 2020, mais de 125 mil indenizações foram pagas por acidentes de trânsito envolvendo motocicletas. Deste total, mais de 83 mil foram para os motociclistas. Quer saber mais detalhes sobre os números alarmantes envolvendo esses condutores? Acompanhe o nosso post!

Apesar de representar apenas 29% da frota

DPVAT, as motocicletas historicamente são a categoria de veículo envolvidas na maioria dos acidentes indenizados pelo Seguro DPVAT. No primeiro semestre deste ano, a representatividade chega a 79%. Quando olhamos para os números regionais, o Nordeste (33%) concentra o maior número de indenizações pagas para os motociclistas, seguido pelo Sudeste (30%) e em terceiro lugar no ranking, o Sul (16%).

Quando observados os números em relação às coberturas do Seguro DPVAT, o número de motociclis-

tas que ficaram com algum tipo de sequela permanente em decorrência de um acidente de trânsito é preocupante e soma mais de 56 mil casos. Já os casos fatais chegaram a 5.985 indenizações.

Por aqui, nós, da equipe do Seguro DPVAT, sempre lembramos da importância da utilização dos equipamentos de segurança e do cumprimento das leis de trânsito para que esses números, que aumentam com o passar dos anos, deixem de ser tão alarmantes. Faça sua parte para um trânsito melhor e mais seguro!

Rua Dr. Fernão Pompeu de Camargo, 865 • Jardim Trevo • Campinas, SP

19 3272 9821 • 19 3272 1707

www.albamoto.com.br • loja.albamoto.com.br

Somente a regulamentação do setor de motofrete é que trará segurança, direitos e respeito aos trabalhadores

Em todo Brasil, o motociclista profissional deve estar dentro da Lei Federal 12009 para exercer a profissão. A lei descreve os itens de segurança que a motocicleta deve possuir, bem como o motociclista. O primeiro passo para ficar regularizado é fazer o Curso de 30 Horas Obrigatório do Contran, depois alterar a CNH para motofretista e por fim, tirar a Licença Motofrete (placa vermelha). No caso dos motofretistas da capital de São Paulo, é obrigatório ainda tirar o Conduto. Em outros estados brasileiros, deve-se procurar as secretarias municipais de transporte ou sindicatos de motofrete para mais informações.

Para dar início a regulamentação, o trabalhador motociclista deve inscrever-se nos locais que oferecem o Curso Obrigatório de 30 Horas do Contran, no caso o Sest-Senat (em todo Brasil) ou CET (só capital São Paulo). Outras obrigadoriedades são ter 21 anos; estar habilitado há dois anos na categoria A e não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir ou ter cassação da CNH decorrente de crime de trânsito, bem como não estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.



Regulamentação passo a passo: o que o motociclista profissional precisa fazer para ficar dentro da lei de padronização do setor de motofrete

Para fazer o curso

Matricule-se em uma instituição de ensino credenciada pelo Detran.SP, apresentando os seguintes documentos: foto 2x2 colorida e recente, certidão original de prontuário do Detran para fins de direito (retirar no Ciretran da cidade onde foi emitida a CNH ou no Poupatempo), cópia da CNH e certidão original de distribuição criminal (retirada no fórum da cidade onde foi emitida a CNH).

Após aprovação no curso

Você receberá o seu Certificado e deve levar ao Detran para conferência e inserção do curso no prontuário e solicitar alteração da CNH para Motofretista.

Após inserção no prontuário

Com a CNH modificada, você deve ir ao SindimotoSP (Rua Dr Eurico Rangel, 58 – Brooklin Novo – SP) para obtenção do Conduto e Licença Motofrete (placa vermelha). A documentação necessária está em www.sindimotosp.com.br/beneficios/apoio.html.



Conduto e Licença Motofrete são obrigatórios em SP

Documentos regularizam exercício da profissão de motofretista na capital.

O SindimotoSP (Rua Dr Eurico Rangel, 58 - Brooklin Novo / SP) realiza todo o processo para obtenção das permissões.

Para o 1º Conduto - Celetista e Autônomo

1. CNH categoria “A” expedida há pelo menos 2 anos (original e cópia)
2. Certidão de Distribuição e Execução Criminal junto a Justiça Federal (original) emitida pelo site www.jfsp.jus.br (SindimotoSP tira gratuitamente para associados)
3. Comprovante de endereço com CEP e bairro (original e cópia)
4. Duas fotos 2x2 recentes e coloridas

Para renovação do Conduto

1. CNH com Curso de Motofretista – Reciclagem (original e cópia)
2. Comprovante de endereço (original e cópia)
3. Duas fotos 2x2
4. Certidão da Justiça Federal
5. Certidão de Distribuição Criminal da Capital SP
6. Certidão da Vara de Execuções Criminal da Capital
7. Certidão de Objeto em Pé
8. Certidão de Pontuário para fins de Direito
9. Extrato de Pontos (Detran ou Poupatempo)
10. Título de Eleitor (original e cópia)
11. Reservista (original e cópia).

Para o Motofrete (placa vermelha) motofretista autônomo

1. Cópia do CONDUMOTO (original e cópia).
2. Apólice de seguro e vida no valor mínimo de R\$ 40.500,00 (original e cópia).
3. Idade máxima permitida para a motocicleta: 8 anos excluído o ano de fabricação.
4. Cilindrada mínima permitida: 120cc.
5. Declaração comprobatória de regularidade junto ao Instituto Nacional Seguro Social – INSS, caso o interessado não esteja registrado em carteira profissional de trabalho, do contrário, apresentar carteira profissional de trabalho (original e cópia).
6. Cadastro de Contribuinte Mobiliário (CCM).
7. Certificado de Registro do Veículo (CRV) em nome do interessado (original e cópia frente e verso) caso a motocicleta esteja com placa cinza.
8. Certificado de Registro do Veículo (CRLV) - (original e cópia).
9. Caso a documentação da motocicleta não esteja no nome do interessado, providenciar o Contrato de Comosse. Observação: caso a motocicleta seja Zero KM fica dispensado CRV e CRLV, porém, é necessário Nota Fiscal da motocicleta (original e cópia).

Para o Motofrete (placa vermelha) motofretista registrado em carteira

1. Cópia do CONDUMOTO (original e cópia).
2. Cópia da Carteira de Trabalho (páginas da foto, qualificação civil e contrato de trabalho).
3. Apólice de seguro e vida complementar não inferior a 3 vezes o valor do seguro obrigatório (original e cópia) que consta na Convenção Coletiva SindimotoSP / Sedersp 2012 -2014.
4. Certificado de Registro do Veículo (CRV) em nome do interessado (original e cópia frente e verso) caso a motocicleta esteja com placa cinza.
5. Certificado de Registro do Veículo (CRLV) - (original e cópia) caso a motocicleta esteja com placa cinza.
6. Idade máxima permitida para a motocicleta: 8 anos excluído o ano de fabricação.
7. Cilindrada mínima permitida: 120cc.
8. Caso a documentação da motocicleta não esteja no nome do interessado, providenciar o Contrato de Comosse. Observação: caso o condutor esteja registrado em carteira profissional (Celetista) fica dispensado apresentação do Cadastro de Contribuinte Mobiliário (CCM). Caso a motocicleta seja Zero KM fica dispensado CRV e CRLV, porém, é necessário Nota Fiscal da motocicleta (original e cópia).

